

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”) é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas (“CTNM”), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”). Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia vendeu para sua controlada CSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda., que passou a ser uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada norte-americana SGUS. A partir daquela data, a controlada SGUS passou a deter 17,5% da Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2020.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

## 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

**(a) Apuração do resultado**--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

**(b) Instrumentos financeiros**--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

### i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

**(d) Caixa e equivalentes de caixa**--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

**(e) Títulos e valores mobiliários**--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

**(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa**--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

**(g) Estoques**--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens

descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os

ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”.

**(x) Reconhecimento de receita**--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

**(y) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)**--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

## 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros, valor justo de propriedades para investimento, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

## 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO Varejo Ltda., da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Compañía Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Springmaid International, Inc. (Índia); (v) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman); e (vi) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 100,0%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2019	2018	Variação
Taxa fechamento: 31 de dezembro	4,0307	3,8748	4,0%
Taxa média: 31 de dezembro (12 meses)	3,9443	3,6796	7,2%

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS 29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Os índices utilizados pela Companhia na análise de impactos sobre a controlada indireta sediada na Argentina foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas e foram os seguintes: i) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado); e ii) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor).

O impacto nos ativos líquidos desta controlada indireta em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados conforme abaixo:

	Saldos em 31.12.2017	Correção monetária	Saldos em 01.01.2018
<b>Ativos:</b>			
Estoques	58.720	967	59.687
Imobilizado	17.806	26.801	44.607
Intangível	9.157	2.271	11.428
Outros créditos	359	28	387
	-----	-----	-----
	86.042	30.067	116.109
<b>Passivos:</b>			
Imposto de renda diferido	-	10.172	10.172
	-----	-----	-----
	-	10.172	10.172
Patrimônio líquido	45.162	19.895	65.057
	=====	=====	=====

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

**CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil**

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - “Leases”, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

Abordagem de transição:

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Impactos no balanço patrimonial:

As contas patrimoniais sofreram alterações pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada. Vide notas explicativas nº 11 e nº 17 às demonstrações financeiras.

**CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro**

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - “Uncertainty over Income Tax Treatments”, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - “Income Taxes”, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações compromissadas (*)	-	-	123.671	89.141
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	-	78
Depósitos no exterior	-	-	25.253	43.274
Depósitos em contas correntes	154	49	3.011	6.981
	-----	-----	-----	-----
	154	49	151.935	139.474
	=====	=====	=====	=====

(\*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2019	2018
Renda fixa no exterior	16.225	6.142
Fundos de investimentos no exterior	35.713	10.138
Depósitos vinculados (US\$) (1)	71.010	75.729
Depósito restrito (2)	403	715
	-----	-----
	123.351	92.724
Circulante	(52.341)	(16.995)
	-----	-----
Não circulante	71.010	75.729
	=====	=====

(1) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

(2) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$100 mil (US\$185 mil em 31 de dezembro de 2018) na condição de “Compensating balance arrangement”.

#### 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2019	2018
Clientes no mercado interno	454.861	474.147
Clientes no mercado externo	49.477	38.069
Operadoras de cartão de crédito	7.485	10.648
Partes relacionadas – mercado interno	1.871	2.474
Partes relacionadas – mercado externo	-	2.814
	-----	-----
	513.694	528.152
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(25.872)	(24.354)
	-----	-----
	487.822	503.798
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 100 dias (108 dias em 31 de dezembro de 2018). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2019 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 6% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2019	2018
A vencer	450.650	462.278
Vencidas até 30 dias	10.227	16.863
Vencidas de 31 a 60 dias	1.521	940
Vencidas de 61 a 90 dias	529	487
Vencidas de 91 a 180 dias	1.768	1.069
Vencidas acima de 180 dias	48.999	46.515
	-----	-----
	513.694	528.152
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(24.354)	(25.792)
Adições	(1.665)	(1.730)
Variação cambial	147	(233)
Operações descontinuadas (*)	-	3.401
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(25.872)	(24.354)
	=====	=====

(\*) Parcela da provisão referente as duplicatas a receber classificadas em 2018 na rubrica “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras).

## 6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

### a. Estoques

	Consolidado	
	2019	2018
Matérias-primas e secundários	80.204	85.828
Produtos em elaboração	95.391	92.537
Produtos acabados	172.943	186.897
Peças de reposição	36.897	40.090
	-----	-----
	385.435	405.352
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e/ou obsoletos. A movimentação da provisão é como segue:

	Matérias-primas e secundários	Produtos em elaboração	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(544)	-	(3.837)	(2.614)	(6.995)
Adições (baixas)	(1.902)	(186)	(1.521)	1.042	(2.567)
Variação cambial	-	-	(824)	369	(455)
Operações descontinuadas (*)	-	-	6.177	-	6.177
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.446)	(186)	(5)	(1.203)	(3.840)
Adições (baixas)	50	29	-	32	111
Variação cambial	729	55	2	-	786
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.667)	(102)	(3)	(1.171)	(2.943)
=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Parcela da provisão referente aos estoques classificados em 2018 na rubrica “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras).

#### b. Adiantamentos a fornecedores

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecedor de matéria prima (*)	78.000	78.000
Outros adiantamentos	31.221	32.528
-----	-----	-----
	109.221	110.528
Circulante	(43.040)	(56.614)
-----	-----	-----
Não circulante	66.181	53.914
=====	=====	=====

(\*) Referem-se a pagamentos efetuados pela controladora à fornecedores de algodão, repassados para a controlada CSA.

## 7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2019	2018
Clientes em recuperação extra judicial (a)	11.317	14.611
Clientes em recuperação judicial (b)	2.115	2.103
Parcelamento de acordo com clientes (c)	4.921	719
Financiamento no repasse de lojas (d)	2.731	6.362
Clientes em recuperação judicial (e)	1.484	1.499
Venda de imóvel (f)	13.141	14.057
Outros créditos (g)	-	11.151
Outros	857	449
	-----	-----
	36.566	50.951
Circulante (*)	(12.598)	(11.017)
	-----	-----
Não circulante	23.968	39.934
	=====	=====

(\*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

- (a) Pagamento em 48 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.
- (b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.
- (c) Pagamento em até 56 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97%.
- (d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.
- (e) Pagamento em 10 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.
- (f) Pagamento em até 37 parcelas mensais com juros de 0,5% a 0,7% ao mês.
- (g) Pagamento em parcela única em junho de 2021, com juros de 5% ao ano mais variação cambial do dólar norte americano. Em 2019, a totalidade dos créditos atualizados foi transferida para a conta de mútuo com a CTNM.

## 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

### a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				2019	2018	2019	2018
SGUS (*)	422.901	100,0	(30.426)	422.901	251.491	(30.426)	22.689
CSA	997.676	100,0	(109.853)	997.676	1.101.263	(109.853)	54.516
AMMO (**)	132.400	100,0	(9.784)	-	30.432	-	(4.995)
				-----	-----	-----	-----
				1.420.577	1.383.186	(140.279)	72.210
				=====	=====	=====	=====

(\*) O resultado do exercício não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$192.241 (R\$53.674 em 2018). Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

(\*\*) Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia vendeu para sua controlada CSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda. pelo valor contábil de R\$57.735 (R\$30.432 em investimentos e R\$27.303 de ágio), utilizando parte dos valores de mútuo.

### b) Investimentos indiretos:

#### Investimentos da SGUS

	Patrimônio líquido	Participação - %	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			2019	2018	2019	2018
<b>Controladas:</b>						
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	(40)	100,0	(40)	(38)	(1)	(1)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	2.120	100,0	2.120	2.064	(27)	(10)
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	1.830	100,0	1.830	1.760	-	(2)
Springmaid International, Inc. (Índia)	74	100,0	74	71	-	(80)
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (2)	-	-	-	63.357	1.203	8.624
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman)	4.458	100,0	4.458	4.286	-	-
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (3)	(1.504)	100,0	(1.504)	(931)	(608)	90
			-----	-----	-----	-----
			6.938	70.569	567	8.621
<b>Coligada:</b>						
Keeco, LLC (Califórnia, EUA) (4)	698.188	17,5	137.946	-	(7.159)	-
			=====	=====	=====	=====

(1) Companhias subsidiárias integrais da Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) A partir de 15 de março de 2019, essa companhia passou a ser subsidiária integral da Keeco Holdings, LLC, vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras consolidadas.

(3) Companhia subsidiária integral da Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

(4) A partir de 15 de março de 2019, a controlada SGUS passou a deter 17,5% da Keeco, LLC, que combina as operações da Keeco e as operações vendidas da SGUS e deixa de comercializar diretamente seus produtos. A Keeco, LLC é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, utility bedding, e decorative bedding, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. O valor apresentado como

investimento inclui ágio fundamentado em rentabilidade futura, que será destacado quando a coligada informar a alocação no “Purchase Price Allocation”.

#### Investimentos da CSA

	Patri-mônio líquido	Partici-pação - %	Resul-tado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equiva-lência patrimonial	
				2019	2018	2019	2018
Coteminas Argentina S.A. (1)	21.636	100,00	(20.717)	21.636	38.426	(20.717)	(44.708)
LAT Capital Ltd.	9.219	100,00	6.048	9.219	2.805	6.048	(862)
C7S Tecnologia Ltda. (2)	19.238	100,00	709	19.238	8.919	709	2.541
AMMO Varejo Ltda. (3)	132.400	100,00	(9.784)	132.400	-	(9.784)	-
Compañía Textil Guarani S.R.L. (4)	3.008	100,00	-	3.008	-	-	-
				-----	-----	-----	-----
				185.501	50.150	(23.744)	(43.029)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 2019 a Companhia subscreveu e integralizou capital na controlada no valor de R\$5.697.

(2) Em 2019 a Companhia subscreveu e integralizou capital na controlada no valor de R\$9.610, com créditos de mútuo.

(3) Em 1º de janeiro de 2019, a CSA adquiriu da Companhia, a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda. pelo valor contábil de R\$57.735 (R\$30.432 em investimentos e R\$27.303 de ágio), utilizando parte dos créditos de mútuo. Na mesma data efetuou aporte de capital na AMMO Varejo, no valor de R\$87.166, utilizando também créditos de mútuo com a AMMO. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou novo aumento de capital no valor de R\$24.586, utilizando crédito de mútuo com a controlada.

(4) A Textil Guarani é sediada no Paraguai. Em 2019, esteve em fase pré-operacional e iniciará suas atividades no 1º semestre de 2020.

c) Informações complementares sobre os investimentos em coligada:

<u>Keeco, LLC</u>	
<u>2019</u>	
Ativos circulantes	1.061.992
Ativos não circulantes	1.464.611
Total dos ativos	2.526.603
Passivos circulantes	1.064.559
Passivos não circulantes	763.856
Total dos passivos	1.828.415
Patrimônio líquido – Controladora	698.188
Receita líquida	2.695.121
Prejuízo do exercício – Controladora	(40.910)

## 9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda São Gonçalo	Imóveis para valorização		
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Montes Claros (3)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	211.176	-	-	211.176
Adições e baixas	16.022	93	55.276	71.391
Transferência do imobilizado	2.744	-	-	2.744
Avaliação inicial a valor justo (a)	-	44.203	-	44.203
Variação do valor justo (b)	18.309	-	-	18.309
	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2018	248.251	44.296	55.276	347.823
Adições	5.679	-	-	5.679
Baixas, líquidas	-	-	(3.574)	(3.574)
Transferência do disponível para venda	276	-	-	276
Transferência do imobilizado	41.264	-	-	41.264
Avaliação inicial a valor justo (a)	11.493	-	-	11.493
Variação do valor justo (b)	(5.413)	678	8.538	3.803
	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2019	301.550	44.974	60.240	406.764
	=====	=====	=====	=====

(a) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(b) Valores lançados no resultado do respectivo exercício.

A controlada CSA obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

**(1) Complexo comercial:** Em 2017, a controlada CSA deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante – RN, que foi desativada em parte. Em 2019, a controlada CSA desocupou o restante da área, cerca de 72,4 mil m<sup>2</sup>, antes utilizada em suas operações, consolidando-as na unidade fabril em Montes Claros.

Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m<sup>2</sup>, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m<sup>2</sup> já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2019, os valores de receita por arrendamento foram de R\$7.676 (R\$2.848 em 2018).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da Companhia, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2019	2018
Custo residual do imóvel	109.707	62.488
Mais valia apurada (a)	191.843	185.763
-----	-----	-----
Valor justo (b)	301.550	248.251
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$65.227 (R\$63.159 em 2018). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m<sup>2</sup> para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	2019	2018
Custo residual do imóvel	93	93
Mais valia apurada (a)	44.881	44.203
-----	-----	-----
Valor justo (b)	44.974	44.296
=====	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.259 (R\$15.029 em 2018). Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(3) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	2019	2018
Terreno e edificações (antiga MECA ) (44.402 m <sup>2</sup> )	30.270	18.386
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m <sup>2</sup> )	3.750	2.781
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m <sup>2</sup> )	4.200	4.602
Terreno de loteamento Reserva Real (11.287 m <sup>2</sup> )	-	3.574
Terreno no Ibituruna (11.842 m <sup>2</sup> )	7.900	11.842
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m <sup>2</sup> )	14.120	14.091
	-----	-----
	60.240	55.276
	=====	=====
Custo residual do imóvel	51.702	55.276
Mais valia apurada	8.538	-
	-----	-----
Valor justo	60.240	55.276
	=====	=====

Em 2018, esses imóveis foram avaliados por especialistas contratados pela controlada CSA e também pela Prefeitura de Montes Claros para determinação de seu valor justo e recebidos em pagamento de créditos vencidos mantidos junto à Prefeitura de Montes Claros em 2018. Portanto, seu valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

Em 2019, o valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis.

Na avaliação do valor justo foi apurado imposto diferido passivo de R\$2.903. Vide nota explicativa nº 18.b.1 às demonstrações financeiras.

## 10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

### a. Imobilizado

Taxa % (*)	2019			2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos e benfeitorias	-	44.775	(19.642)	25.133	25.490
Edifícios	2,4	344.555	(152.132)	192.423	216.271
Instalações	7,6	197.022	(148.576)	48.446	58.683
Máquinas e equipamentos	7,4	1.109.905	(864.036)	245.869	282.875
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	37.666	(19.458)	18.208	19.610
Móveis, utensílios e outros	12,2	108.379	(87.968)	20.411	24.315
Obras em andamento	-	67.978	-	67.978	21.937
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.910.280	(1.291.812)	618.468	649.181	
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(\*\*) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (a)	Móveis, utensílios e outros	Obras em anda- mento (e)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.182	213.222	58.447	305.318	20.997	23.355	27.644	669.165
Correção monetária – Argentina (b)	5.713	9.136	3.968	7.457	-	236	291	26.801
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 1º de janeiro de 2018	25.895	222.358	62.415	312.775	20.997	23.591	27.935	695.966
Adições	185	1.056	825	9.981	47	1.907	27.855	41.856
Baixas líquidas	(92)	-	(34)	(239)	-	(162)	(65)	(592)
Transferências								
- Imobilizado	38	1.826	5.489	14.108	-	6.028	(27.489)	-
- Disponível para venda	-	-	-	274	-	-	(551)	(277)
- Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	(2.744)	(2.744)
Variação cambial	(1.299)	(20)	(956)	(1.190)	-	164	(517)	(3.818)
Depreciação do exercício	(1.143)	(8.949)	(8.906)	(49.315)	(1.434)	(5.970)	-	(75.717)
Ajuste da provisão para perdas com ativos (c)	1.906	-	(150)	(48)	-	(437)	-	1.271
Operações descontinuadas (d)	-	-	-	(3.471)	-	(806)	(2.487)	(6.764)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.490	216.271	58.683	282.875	19.610	24.315	21.937	649.181
Adições	1.304	45	450	13.631	32	2.203	71.087	88.752
Baixas líquidas	(52)	-	(7)	-	-	-	(19)	(78)
Transferências								
- Imobilizado	75	325	5.085	12.741	-	273	(18.499)	-
- Propriedades para investimento	(580)	(4.927)	(7.439)	(21.745)	-	(101)	(6.472)	(41.264)
- Disponível para venda	-	(10.999)	-	(111)	-	(65)	-	(11.175)
Variação cambial	64	512	25	122	-	20	(56)	687
Depreciação do exercício	(1.610)	(8.804)	(8.394)	(41.659)	(1.434)	(5.214)	-	(67.115)
Ajuste da provisão para perdas com ativos (c)	442	-	43	15	-	(1.020)	-	(520)
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.133	192.423	48.446	245.869	18.208	20.411	67.978	618.468
=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(b) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

(c) Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 2019, o ativo imobilizado consolidado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$5.303 (R\$4.783 em 31 de dezembro de 2018).

(d) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

(e) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Em 31 de dezembro de 2019, esse valor representava R\$24.421, sendo R\$12.327 classificados no ativo circulante e R\$12.094 no ativo não circulante (R\$37.444 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	Transferências						
	2018	Adições	Baixas	do imobilizado	para propriedades para investimento	Variação cambial	2019
Custo	435.217	-	(77.599)	22.181	(485)	17.175	396.489
Depreciação	(367.074)	(1.334)	59.282	(11.006)	209	(14.638)	(334.561)
Provisão para perda	(30.699)	(1.401)	(4.272)	-	-	(1.135)	(37.507)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	37.444	(2.735)	(22.589)	11.175	(276)	1.402	24.421
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

  

	Transferências						
	2017	Adições	Baixas	de/para o imobilizado	Variação cambial	2018	
Custo	385.546	-	(8.164)	(4.767)	62.602	435.217	
Depreciação	(324.971)	(1.300)	7.318	5.044	(53.165)	(367.074)	
Provisão para perda	(26.844)	(485)	619	-	(3.989)	(30.699)	
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	
	33.731	(1.785)	(227)	277	5.448	37.444	
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	

## 11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Consolidado		
	2019		
	Taxa (2) % a.a.	Custo	Amortização acumulada
Imóveis (CSA e AMMO – uso próprio)	44,1	14.106	(3.211)
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	35.780	(2.982)
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	27,9	59.248	(16.412)
Veículos	53,7	1.263	(697)
Propriedades para investimentos (1)		71.168	-
	-----	-----	-----
Total de direito de uso		181.565	(23.302)
Arrendamentos financeiros a receber (1)		91.719	-
	-----	-----	-----
		273.284	(23.302)
	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóveis - SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (R2) (*)	13.743	34.590	44.230	693	68.585	103.163	265.004
Variação cambial	-	1.151	-	-	2.330	3.765	7.246
Adições (**)	363	-	17.059	570	875	-	18.867
Baixas (***)	-	-	(1.613)	-	-	(10.491)	(12.104)
Amortização do exercício	(3.211)	(2.943)	(16.840)	(697)	-	(1.466)	(25.157)
Atualização de contratos de subarrendamento	-	-	-	-	4.279	9.705	13.984
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(4.901)	(12.957)	(17.858)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.895	32.798	42.836	566	71.168	91.719	249.982
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Vide nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06.

(\*\*) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(\*\*\*) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber
2020	13.145
2021	13.282
2022	13.426
2023	13.580
2024 em diante	96.361
	-----
	149.794
Ajuste a valor presente	(58.075)
	-----
	91.719
Circulante	(6.601)
	-----
Não circulante	85.118
	=====

## 12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2019	2018
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.348
Marcas – licença de uso (3)	8.388	9.043
Propriedade intelectual (4)	15.387	7.378
Pontos comerciais (luvas) (5)	25.357	21.801
	-----	-----
Total	92.702	81.873
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.303	16.348	9.043	7.378	21.801	81.873
Adições	-	-	-	9.609	125	9.734
Baixas	-	(81)	-	-	(361)	(442)
Amortização	-	-	(718)	(1.600)	-	(2.318)
Variação cambial	-	-	63	-	-	63
Ajuste da provisão para perdas com ativos (5)	-	-	-	-	3.792	3.792
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.303	16.267	8.388	15.387	25.357	92.702
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Ágio na aquisição de empresas norte-americanas (*)	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.748	27.303	16.339	9.157	3.139	21.102	114.788
Adições	-	-	9	-	4.867	979	5.855
Amortização	-	-	-	(723)	(628)	-	(1.351)
Variação cambial	5.933	-	-	(1.662)	-	-	4.271
Operações descontinuadas (*)	(43.681)	-	-	-	-	-	(43.681)
Correção monetária Argentina (**)	-	-	-	2.271	-	-	2.271
Ajuste da provisão para perdas com ativos	-	-	-	-	-	(280)	(280)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	27.303	16.348	9.043	7.378	21.801	81.873
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

(\*\*) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

**(1) Ágio na aquisição da AMMO:** Ágio decorrente de investimento na AMMO Varejo.

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2019 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

**(2) Marcas – próprias:** As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

**(3) Marcas – licença de uso:** Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

**(4) Propriedade intelectual:** Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

**(5) Pontos comerciais (luvas):** Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$7.994 (R\$11.786 em 31 de dezembro de 2018), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

Os itens de (2) a (4) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				2019	2018
<b>Moeda nacional:</b>					
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	127,5 e 130,0 do CDI	2023	390.936	442.033
Banco do Brasil S.A. - CDC	R\$	8,9 a 9,3	2020	57.761	32.925
Banco BBM S.A. - CCB	R\$	149,0 e 150,5 do CDI e 4,0 + CDI	2021	44.821	70.344
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	R\$	4,3 + CDI	2022	46.637	48.297
Banco Bradesco S.A. (*)	R\$	4,4 e 4,5 + CDI	2020	19.760	19.577
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	168	1.206
Banco Daycoval S.A.	R\$	4,5 + CDI	2020	15.743	30.375
Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB	R\$	2,8 + CDI	2019	-	25.260
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	5,3 + CDI	2020	46.976	50.476
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	6,5 + CDI	2020	3.350	9.098
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 + CDI	2020	30.251	-
Caixa Econômica Federal - CCB (*) (b)	R\$	149,6 do CDI	2021	15.944	-
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 + CDI	2022	12.046	-
Outros	R\$	-	2020	6.637	7.849
				-----	-----
				691.030	737.440
<b>Moeda estrangeira:</b>					
Banco Patagônia	\$ARG	58,8 a 59,0	2020	4.657	11.740
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	2020	9.960	9.712
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,6 a 6,2	2020	36.671	43.672
Banco Santander S.A. PPE (c)	US\$	8,1	2021	124.252	125.004
JP Morgan	US\$	Libor + 0,9	2020	18.198	17.491
Banco Pine S.A.	US\$	8,5	2020	8.221	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	7,6	2020	29.388	-
Banco Fibra S.A.	US\$	5,4	2020	20.261	-
				-----	-----
				251.608	207.619
Total				942.638	945.059
Circulante				(511.143)	(527.241)
				-----	-----
Não circulante				431.495	417.818
				=====	=====

(\*) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$20.912.

(a) Empréstimo da controlada CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais. Em 31 de dezembro de 2019 o índice foi cumprido.

(b) Empréstimo da controladora (R\$15.944), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2019 os índices foram cumpridos.

(c) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$17.617 mil (vide nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre

Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2019 os índices foram cumpridos.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a), (b) e (c) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2020	2021	2022	2023	Total
<b>Moeda nacional:</b>					
Banco do Brasil S.A.	43.370	130.102	108.622	108.842	390.936
Banco do Brasil S.A. - CDC	57.761	-	-	-	57.761
Banco BBM S.A. - CCB	25.513	19.308	-	-	44.821
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	12.497	18.622	15.518	-	46.637
Banco Bradesco S.A.	19.760	-	-	-	19.760
BNDES (Finame)	134	14	14	6	168
Banco Daycoval S.A.	15.743	-	-	-	15.743
Banco Safra S.A. - CCB	46.976	-	-	-	46.976
Banco Fibra S.A. - CCE	3.350	-	-	-	3.350
Banco Sofisa S.A.	30.251	-	-	-	30.251
Caixa Econômica Federal - CCB	7.965	7.979	-	-	15.944
Banco Pine S.A.	5.646	3.200	3.200	-	12.046
Outros	6.637	-	-	-	6.637
	-----	-----	-----	-----	-----
	275.603	179.225	127.354	108.848	691.030
<b>Moeda estrangeira:</b>					
Banco Patagônia	4.657	-	-	-	4.657
Banco Luso Brasileiro S.A.	9.960	-	-	-	9.960
Banco do Brasil S.A.	36.671	-	-	-	36.671
Banco Santander S.A. PPE	108.184	16.068	-	-	124.252
JP Morgan	18.198	-	-	-	18.198
Banco Pine S.A.	8.221	-	-	-	8.221
Banco Itaú Unibanco S.A.	29.388	-	-	-	29.388
Banco Fibra S.A.	20.261	-	-	-	20.261
	-----	-----	-----	-----	-----
	235.540	16.068	-	-	251.608
	-----	-----	-----	-----	-----
<b>Total</b>	<b>511.143</b>	<b>195.293</b>	<b>127.354</b>	<b>108.848</b>	<b>942.638</b>
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2019	2018		
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do exercício	945.059	148.322	1.093.381	1.075.636
Novas captações ou renovações	328.820	-	328.820	914.806
Juros provisionados	89.049	10.112	99.161	102.820
Amortização de principal	(334.219)	(50.000)	(384.219)	(823.115)
Pagamento de juros	(88.403)	(10.610)	(99.013)	(98.477)
Variação cambial	5.956	-	5.956	34.913
Encargos antecipados, líquidos	(3.624)	1.573	(2.051)	(1.523)
Operações descontinuadas	-	-	-	(111.679)
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do exercício	942.638	99.397	1.042.035	1.093.381
	=====	=====	=====	=====

#### 14. DEBÊNTURES

a) Em 12 de junho de 2017, a controlada CSA emitiu a 3ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. (“Subscritora”). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

Características das Debêntures	
Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 25,00%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 25,00%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 25,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures. As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos) exceto para junho de 2018, igual ou inferior a 0,8 (oito décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros).

Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, os índices foram cumpridos.

b) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA, referidos na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas usuais de vencimento antecipado sem compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, eram assim compostos.

	Debêntures da			
	3ª série	4ª série	2019	2018
Valor original	12.500	87.500	100.000	150.000
Encargos antecipados	(282)	(1.103)	(1.385)	(2.958)
Juros provisionados	19	763	782	1.280
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	12.237	87.160	99.397	148.322
Circulante	(12.237)	(74.771)	(87.008)	(74.653)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	12.389	12.389	73.669
	=====	=====	=====	=====

## 15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2019	2018
Mercado interno	128.390	96.452
Mercado externo	27.012	16.378
	-----	-----
	155.402	112.830
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 58 dias (44 dias em 31 de dezembro de 2018).

## 16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.964	666.356	1.085.202
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2019, esse valor representava R\$65.983, sendo R\$22.212 classificados no passivo circulante e R\$43.771 classificados no passivo não circulante (R\$65.448, sendo R\$21.361 classificados no passivo circulante e R\$44.087 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018).

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2019, somam R\$18.208 (R\$19.610 em 31 de dezembro de 2018) (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina

Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

## 17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado 2019
Imóveis	2024	11.366
SGUS (*)	2030	217.120
Imóveis – lojas	2025	45.142
Veículos	2021	574
	-----	
		274.202
Circulante		(53.049)
	-----	
Não circulante		221.153
	=====	

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024 a 2030	Total
Imóveis	3.835	3.666	3.666	2.174	70	13.411
SGUS (*)	32.890	31.933	32.193	32.453	234.675	364.144
Imóveis - lojas	18.921	14.163	8.675	6.903	4.390	53.052
Veículos	378	248	-	-	-	626
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	56.024	50.010	44.534	41.530	239.135	431.233
Ajuste a valor presente	(2.975)	(7.099)	(9.986)	(12.127)	(124.844)	(157.031)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	53.049	42.911	34.548	29.403	114.291	274.202
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Imóveis	SGUS (*)	Imóveis – Lojas	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (1)	-	23.221	-	-	23.221
Variação cambial	-	131	-	-	131
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2 (2)	13.743	206.338	44.230	693	265.004
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 1º de janeiro de 2019	13.743	229.690	44.230	693	288.356
Adições (3)	363	-	17.059	570	17.992
Baixas (4)	-	(10.854)	(1.701)	-	(12.555)
Encargos	1.170	22.933	5.021	44	29.168
Pagamentos	(3.910)	(32.776)	(19.467)	(733)	(56.886)
Variação cambial	-	8.034	-	-	8.034
Outros	-	93	-	-	93
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.366	217.120	45.142	574	274.202
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

(1) Saldos mantidos como Arrendamento Mercantil, líquidos dos subarrendamentos, anterior à aplicação da IFRS 16.

(2) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

(3) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(4) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Operações continuadas	Propriedades						Arrendamentos financeiros	Consolidado
	Imóveis	Imóveis – Lojas	Imóveis – SGUS	Veículos	para investimento			
Arrendamentos pagos no exercício	3.910	19.467	4.898	733	11.934		14.117	55.059
PIS e COFINS recuperado	-	(1.801)	-	-	-		-	(1.801)
Amortização de direitos de uso	(3.211)	(16.840)	(2.943)	(697)	-		(220)	(23.911)
PIS e COFINS sobre amortização	-	1.387	-	-	-		-	1.387
Juros apropriados sobre arrendamentos a pagar	(1.170)	(5.021)	(3.466)	(44)	(8.777)		(9.595)	(28.073)
PIS e COFINS sobre juros	-	414	-	-	-		-	414
Baixas, líquidas	-	88	-	-	-		363	451
Atualização de contratos de subarrendamento	-	-	-	-	4.279		9.705	13.984
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(4.901)		(12.957)	(17.858)
	-----	-----	-----	-----	-----		-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(471)	(2.306)	(1.511)	(8)	2.535		1.413	(348)
	=====	=====	=====	=====	=====		=====	=====

Operações descontinuadas	Arrendamentos financeiros	Consolidado
Arrendamentos pagos no exercício	1.827	1.827
Amortização de direitos de uso	(1.246)	(1.246)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(1.095)	(1.095)
	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(514)	(514)
	=====	=====

## 18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

### a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	2019				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (2)	Consolidado
Resultado antes dos impostos (1)	45.724	(106.061)	246.733	(58.508)	127.888
Equivalência patrimonial	(51.962)	-	7.159	51.962	7.159
Subvenção para investimentos	-	(40.447)	-	-	(40.447)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(4.338)	-	(4.338)
Outros	79	1.072	-	-	1.151
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(6.159)	(145.436)	249.554	(6.546)	91.413
Aliquota de 34%	2.094	49.448	(84.848)	2.226	(31.080)
Créditos fiscais não constituídos	(2.094)	(52.819)	6.537	(2.226)	(50.602)
Créditos fiscais de controlada no exterior	-	(120)	(291)	-	(411)
Outros	-	(301)	230	-	(71)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(3.792)	(78.372)	-	(82.164)
=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas					
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(323)	4.640	-	4.317
Impostos sobre o lucro – diferido	-	(3.469)	(291)	-	(3.760)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-	(3.792)	4.349	-	-	557
=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações descontinuadas					
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(2.535)	-	(2.535)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	(80.186)	-	(80.186)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-	-	(82.721)	-	-	(82.721)
=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 29 e nº 30 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

	2018					
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidada	SGUS	AMMO Varejo	Outros	Consolidado
Resultado antes dos impostos (*)	111.568	109.000	35.281	(4.995)	(128.103)	122.751
Equivalência patrimonial	(125.884)	-	-	-	125.884	-
Subvenção para investimentos	-	(45.169)	-	-	-	(45.169)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(2.153)	-	-	(2.153)
Outros	-	285	234	-	-	519
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(14.316)	64.116	33.362	(4.995)	(2.219)	75.948
Alíquota de 34%	4.867	(21.799)	(11.343)	1.699	754	(25.822)
Créditos fiscais não constituídos	(4.867)	(30.669)	7.979	(1.699)	(754)	(30.010)
Créditos fiscais de controlada no exterior	-	(1.569)	46.998	-	-	45.429
Outros	-	(447)	(333)	-	-	(780)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(54.484)	43.301	-	-	(11.183)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas						
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(19.562)	-	-	-	(19.562)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	(34.922)	47.021	-	-	12.099
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	-	(54.484)	47.021	-	-	(7.463)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações descontinuadas						
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(3.700)	-	-	(3.700)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	(20)	-	-	(20)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	-	-	(3.720)	-	-	(3.720)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 29 e nº 30 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

#### b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Reconhecidos no:					2019
	2018	Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial	Outros	
<b>Ativo:</b>						
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	646	-	-	3	-	649
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	13.734	1.901	-	-	-	15.635
Prejuízo fiscal, líquido (CSA - Brasil) (1) (p)	3.049	(1.901)	-	-	-	1.148
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	145.183	(80.477)	-	3.031	(1.236)	66.501
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	257	(546)	-	-	514	225
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO - Brasil) (1) (a)	2.042	(1.510)	-	-	(532)	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	173.983	(82.533)	-	3.034	(1.254)	93.230
<b>Imposto diferido passivo:</b>						
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(78.188)	(1.293)	(3.908)	-	-	(83.389)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(10.156)	(120)	-	-	3.625	(6.651)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p) (*)	-	-	-	-	(17.539)	(17.539)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquidos	85.639	(83.946)	(3.908)	3.034	(15.168)	(14.349)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante (soma de a)	150.033	(82.533)	-	3.034	(1.254)	69.280
Total do passivo não circulante (soma de p)	(64.394)	(1.413)	(3.908)	-	(13.914)	(83.629)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Impostos diferidos sobre receita de créditos de PIS e COFINS transferidos do Passivo Circulante. Vide nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras.

#### (1) Impostos diferidos da controlada CSA:

##### Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)	Total
2023	16.509	8.315	24.824
	=====	=====	=====

(\*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a controladora CSA possuía R\$915.612 em prejuízos fiscais (R\$689.919 em 31 de dezembro de 2018) e R\$921.695 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$696.197 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta AMMO Varejo possuía R\$283.948 em prejuízos fiscais e R\$282.322 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo	Imóveis		Total
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	para valorização Montes Claros (9.3)	
Valor justo	301.550	44.974	60.240	406.764
Total do custo residual	(109.707)	(93)	(51.702)	(161.502)
Mais valia apurada	191.843	44.881	8.538	245.262
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	65.227	15.259	2.903	83.389

## (2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$66.501 (R\$145.183 em 31 de dezembro de 2018). A variação do saldo durante o exercício de 2019 refere-se à realização de prejuízos fiscais pela venda dos ativos da SGUS. A atualização das projeções considerou os impactos resultantes da transação celebrada entre a controlada SGUS e a Keeco, conforme divulgado nas notas explicativas nº 29 e 30, compreendendo: (i) o resultado tributável na venda dos ativos e passivos da operação descontinuada; e (ii) as projeções de resultados das operações continuadas considerando as receitas e despesas da controlada SGUS após a venda dos ativos e passivos para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2020	594
2021	1.090
2022	3.284
2023	7.250
2024	9.799
2025 em diante	44.484
	-----
	66.501
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2019 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a controlada SGUS possui saldo de R\$499.688 em prejuízos fiscais (R\$472.625 em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	9.878	5.078
Imposto de renda e contribuição social antecipados	341	148	12.390	15.491
PIS e COFINS a recuperar (*)	-	-	204.754	221.228
INSS a recuperar	-	-	15.391	-
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	-	-	1.416	2.119
VAT – China e México	-	-	-	1.294
IPI a recuperar	-	-	83	83
Outros impostos a recuperar	-	-	423	674
	-----	-----	-----	-----
Circulante	341	148	244.335	245.967
	(341)	(148)	(80.942)	(17.736)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	163.393	228.231
	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras.

## 19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$22.799, R\$4.402 e R\$40.043 respectivamente (R\$90.003, R\$4.165 e R\$41.687 respectivamente, em 31 de dezembro de 2018). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); e (iii) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160). Em 2019, devido julgamento favorável para a controlada CSA em uma das ações referentes a aproveitamento indevido de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e matéria-prima importada no estado da Paraíba, do montante de R\$68.064, foram reduzidos R\$43.635 dos valores cuja perda era considerada possível, e o restante passou a representar risco remoto. O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	2019	2018
Processos fiscais:		
- Outros	108	98
Trabalhistas	9.472	11.468
Cíveis e outras	3.351	1.367
	-----	-----
Total	12.931	12.933
	=====	=====
Depósitos judiciais	13.403	12.541
	=====	=====

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	Processos fiscais		Trabalhistas	Cíveis e outras	Total
	INSS	Outros			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.998	149	13.589	2.874	18.610
Adições	-	-	1.168	20	1.188
Baixas	(1.998)	(51)	(3.289)	(1.527)	(6.865)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	98	11.468	1.367	12.933
Adições	-	10	1.295	2.518	3.823
Baixas	-	-	(3.066)	(210)	(3.276)
Variação cambial	-	-	(225)	(324)	(549)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	108	9.472	3.351	12.931
=====	=====	=====	=====	=====	=====

## 20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	155.727	145.481
Custo do serviço	1.049	1.229
Custo dos juros	6.779	6.453
(Ganho) perda atuarial	9.995	(7.554)
Pagamento de benefícios	(14.898)	(14.067)
Variação cambial	6.331	24.185
-----	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	164.983	155.727

	2019	2018
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	46.578	46.118
Retorno sobre os ativos	8.796	(2.388)
Contribuições do empregador	9.533	9.390
Pagamento de benefícios	(14.898)	(14.067)
Variação cambial	1.951	7.525
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	51.960	46.578
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	113.023	109.149
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	3,05% a 3,25%	4,15% a 4,30%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	4,15% a 4,30%	3,45% a 3,60%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.049	1.229
Custo dos juros, líquido	4.196	3.528
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.245	4.757
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 36% em investimentos de renda variável e 64% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

	2019	2018
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	17.938	15.358
Renda fixa	33.254	30.640
Caixa e equivalentes de caixa	768	580
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	51.960	46.578
	=====	=====

A controlada SGUS espera contribuir R\$13.004 para os planos de benefício definido em 2020. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2020	13.624
2021	13.188
2022	12.765
2023	12.288
2024	11.814
2025 – 2029	52.261

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2019	2018
Provisão para plano de pensão	113.023	109.149
Outras provisões de benefícios a funcionários	2.761	4.734
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total do plano de aposentadoria e benefícios	115.784	113.883
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Circulante (a)	(9.617)	(9.915)
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Não circulante	106.167	103.968
<hr/>	<hr/>	<hr/>

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

### b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

### c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

### d. Ajustes acumulados de conversão

Representam a variação cambial sobre investimento em controladas diretas e indiretas sediadas no exterior.

### e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

## 22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2019	2018	2019	2018
<b>Controladora:</b>				
Coteminas S.A. (1)	-	-	16.255	83.690
	-----	-----	-----	-----
	-	-	16.255	83.690
	=====	=====	=====	=====
<b>Consolidado:</b>				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	32.368	17.203	-	-
Coteminas International Ltd.	1.795	1.654	-	-
Santanense Argentina	17	74	-	-
Sucursal Argentina	51	15	-	-
Seda, Inc.	-	-	-	58
Companhia Tecidos Santanense	8.674	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	42.905	18.946	-	58
	=====	=====	=====	=====

(1) Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia vendeu para sua controlada CSA, a totalidade das cotas representativas do capital social da AMMO Varejo Ltda. pelo valor contábil de R\$57.735 (R\$30.432 em investimentos e R\$27.303 em ágio), utilizando créditos de mútuo.

	Encargos financeiros receita (despesa)	
	2019	2018
<b>Controladora:</b>		
Coteminas S.A.	(1.094)	(6.745)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	-	(3)
	-----	-----
	(1.094)	(6.748)
	=====	=====
<b>Consolidado:</b>		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	12.991	13.550
Companhia Tecidos Santanense	242	(560)
Coteminas International Ltd.	82	57
Wembley S.A.	4	(2)
	-----	-----
	13.319	13.045
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$13.669 estava contabilizado, sendo R\$4.418 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$5.288 em 31 de dezembro de 2018) e R\$9.251 na rubrica “Outros” no ativo não circulante (R\$13.669 em 31 de dezembro de 2018), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2019, foi apropriado o valor de R\$5.288 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$7.418 em 2018).

Em 2019, a CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$18.232 (R\$29.342 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019 não havia saldo de adiantamento de clientes em aberto na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante (R\$7.500 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2018, a controlada CSA possuía créditos, cedidos pela CTNM, no valor de R\$11.151, apresentados em “Valores a receber de clientes” no ativo não circulante. Em 2019, a totalidade dos créditos atualizados foi transferida para a conta de mútuo com a Companhia.

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas e a controlada indireta AMMO Varejo possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. Em 2019, foram efetuados pagamentos no valor de R\$3.621.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$32.495, em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, recebidos da Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

## 23. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu no *leading case* RE nº 574.706/PR, (acórdão publicado em outubro de 2017) pela constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em sede de repercussão geral.

Em maio de 2018, foi proferido acórdão pelo TRF da 1ª Região favorável à Companhia que, em juízo de retratação, deu provimento à apelação interposta pelas suas controladas, para determinar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido acórdão confere às controladas o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. Posteriormente, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União e, transcorrido o prazo legal, a ação transitou em julgado em 2019.

A Companhia, amparada pelo posicionamento dos seus assessores técnicos e legais, entendeu que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

Em dezembro de 2018, as controladas CSA e AMMO Varejo reconheceram os créditos no valor de R\$208.924, referentes aos períodos de janeiro de 2006 a fevereiro de 2017 e janeiro de 2011 a julho de 2017 respectivamente, que atualizados estão registrados na rubrica “Impostos a recuperar”.

Os créditos da controlada CSA e da controlada indireta AMMO Varejo foram habilitados no 3º trimestre e 4º trimestre, respectivamente, e estão sendo compensados.

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais—A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>ATIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	154	49	151.935	139.474
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	33.976	7.045
Duplicatas a receber	-	-	487.822	503.798
Valores retidos	-	-	25.393	-
Outros créditos a receber (c)	960	1.168	32.976	33.783
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	-	71.010	75.729
Valores a receber – clientes	-	-	23.968	39.934
Partes relacionadas	-	-	42.905	18.946
Depósitos judiciais	-	-	13.403	12.541
Outros	-	-	54.558	41.601
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	4.798
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	18.365	9.950
<b>PASSIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	12.933	4.759	511.143	527.241
Debêntures (c)	-	-	87.008	74.653
Fornecedores	6	-	155.402	112.830
Concessões governamentais (c)	-	-	22.212	21.361
Outras contas a pagar	-	-	52.296	59.928
Empréstimos e financiamentos (nc)	7.979	-	431.495	417.818
Debêntures (nc)	-	-	12.389	73.669
Partes relacionadas	16.255	83.690	-	58
Concessões governamentais (nc)	-	-	43.771	44.087
Outras obrigações	-	-	31.764	22.555

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

**b) Valor justo**--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

**c) Classificação dos instrumentos financeiros**--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

**d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:**

**d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos**--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, exceto pelo descrito em d.3.3 e d.4 abaixo, não havia outras operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

**d.2 - Política de uso de derivativos**--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2019				Variação cambial sobre investimentos no exterior
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	R\$
Coteminas Argentina	21.636	321.478	-	-	(1.770)
LAT Capital	9.219	-	2.287	-	366
Textil Guarani	3.008	-	-	4.824.379	85
SGUS	422.901	-	104.920	-	18.069
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	456.764	321.478	107.207	4.824.379	16.750
	=====	=====	=====	=====	=====

	2018				Variação cambial sobre investimentos no exterior
	R\$	\$ARG	US\$	R\$	
Coteminas Argentina (*)	38.426	373.794	-	(10.616)	
LAT Capital	2.805	-	724	431	
SGUS	251.491	-	64.904	22.656	
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	292.722	373.794	65.628	12.471	
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Os investimentos na Coteminas Argentina são corrigidos monetariamente. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	-	78
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.798
Duplicatas a receber	46.415	42.867
Títulos e valores mobiliários	71.010	75.729
Valores a receber de clientes	-	11.151
Fornecedores	(7.933)	(1.430)
Empréstimos e financiamentos	(228.753)	(178.388)
Partes relacionadas	(295.050)	(125.915)
-----	-----	-----
Total da exposição em Reais	(414.311)	(171.110)
=====	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(102.789)	(44.160)
=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2020	Alta do Dólar	(98.790)	(1.088)	(100.908)	(200.728)
2021	Alta do Dólar	(3.999)	(331)	(4.443)	(8.556)
		-----	-----	-----	-----
		(102.789)	(1.419)	(105.351)	(209.284)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nacional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	2019	2018	2019	2018
Contratos de Opções -- Posição: Venda Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$3,8700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 2 contratos de US\$35.000 mil (cada) Vencimentos em fevereiro/19	-	70.000	-	5.359
Contratos de Opções -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	-	35.000	-	(260)
Contratos de Opções -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2050 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	-	35.000	-	(301)
Total			-	4.798
	=====	=====	=====	=====

Contratos de opções--São registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos é obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios. Os instrumentos financeiros acima foram liquidados com recebimento no valor de R\$9.450 em fevereiro de 2019.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 2019, a controlada CSA registrou um ganho de R\$3.080 (em 2018, um ganho de R\$10.859). Em 31 de dezembro de 2019 não havia contratos em aberto.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2019			2018	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	165.000	727	(3.263)	162.464	165.962
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	165.000	727	(3.263)	162.464	166.046
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: junho/2021	67.500	147	(1.639)	66.008	110.025
(referência à nota explicativa nº 13)				390.936	442.033
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: junho/2021	22.980	12	-	22.992	39.345
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	5.014	4	-	5.018	8.589
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	8.802	5	-	8.807	14.404
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	8.000	4	-	8.004	8.006
(referência à nota explicativa nº 13)				44.821	70.344
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCB Vencimento: abril/2022	17.522	30	-	17.552	18.188
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	9.677	18	-	9.695	10.047

Descrição	Valor do principal R\$ mil	2019			Saldo contábil a pagar	2018 Saldo contábil a pagar
		Juros provisionados	Encargos antecipados			
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	9.677	18	-		9.695	10.047
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	9.677	18	-		9.695	10.015
(referência à nota explicativa nº 13)					46.637	48.297
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: setembro/2020	10.000	72	-		10.072	20.165
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2020	5.662	9	-		5.671	10.210
(referência à nota explicativa nº 13)					15.743	30.375
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,8% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. – CCB Vencimento: abril/2019	-	-	-		-	25.260
(referência à nota explicativa nº 13)					-	25.260
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2019	-	-	-		-	5.089
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2020	833	5	-		838	5.071
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2020	20.000	7	-		20.007	20.179
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: junho/2020	20.000	129	-		20.129	20.137
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2020	4.000	1	-		4.001	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2020	2.000	1	-		2.001	-
(referência à nota explicativa nº 13)					46.976	50.476

Descrição	Valor do principal R\$ mil	2019			Saldo contábil a pagar	2018 Saldo contábil a pagar
		Juros provisionados	Encargos antecipados			
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: julho/2020  (referência à nota explicativa nº 13)	3.333	17	-	3.350	9.098	----- 3.350 9.098 -----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2020	10.000	93	-	10.093	-	-----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: abril/2020	10.000	67	-	10.067	-	-----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2020  (referência à nota explicativa nº 13)	10.000	91	-	10.091	- 30.251 -----	----- -----
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,6% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal – CCB Vencimento: dezembro/2021  (referência à nota explicativa nº 13)	16.250	33	(339)	15.944	- 15.944 -----	----- -----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2020	2.000	15	-	2.015	-	-----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2020	2.000	1	-	2.001	-	-----
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022  (referência à nota explicativa nº 13)	8.000	30	-	8.030 12.046 -----	- - -----	----- -----
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: maio/2019	-	-	-	-	44.335	-----
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	-	37.896	-----
Contrato de empréstimo (*) -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: novembro/2020  (referência à nota explicativa nº 13)	-	-	-	-	42.773 125.004 -----	----- -----

Descrição	Valor do principal R\$ mil	2019			Saldo contábil a pagar	2018 Saldo contábil a pagar
		Juros provisionados	Encargos antecipados			
Debêntures 3ª série -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	12.500	19	(282)		12.237	36.734
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 2,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: fevereiro/2021	87.500	763	(1.103)		87.160	111.588
(referência à nota explicativa nº 14)					99.397	148.322
	-----	-----	-----		-----	-----
	712.927	3.063	(9.889)		706.101	949.209
	=====	=====	=====		=====	=====

(\*) Contratos renegociados em 2019 para variação cambial + 8,1% a.a., com vencimento prorrogado para 2021.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2020	Alta do CDI	626.055	33.915	42.692	50.213
2021	Alta do CDI	366.088	19.811	32.525	38.756
2022	Alta do CDI	196.524	10.108	19.265	23.105
2023	Alta do CDI	80.000	3.613	7.481	8.986
		=====	=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 10 anos
Empréstimos e financiamentos	1.014.574	550.440	351.311	112.823
Debêntures	102.818	90.316	12.502	-
Fornecedores	155.402	155.402	-	-
Arrendamentos a pagar, líquidos	281.439	42.879	67.836	170.724
	-----	-----	-----	-----
	1.554.233	839.037	431.649	283.547
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	942.638	945.059
Debêntures	99.397	148.322
Caixa e equivalentes de caixa	(151.935)	(139.474)
Títulos e valores mobiliários	(123.351)	(92.724)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(4.798)
	-----	-----
Total da dívida líquida	766.749	856.385
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.386.626	1.325.042
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	2.153.375	2.181.427
	=====	=====
Total da dívida líquida	766.749	856.385
Valores retidos	(25.393)	-
	-----	-----
Total da dívida líquida após valores retidos	741.356	856.385
	=====	=====

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2019 (operações continuadas)				
	Brasil		Argentina	(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Atacado		
Receita operacional líquida	1.118,9	268,0	151,0	(115,4)	1.422,5
Custo dos produtos vendidos	(847,9)	(128,7)	(110,9)	114,9	(972,6)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	271,0	139,3	40,1	(0,5)	449,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(202,6)	(144,2)	(22,3)	(13,9)	(383,0)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(7,2)	(7,2)
Outros	4,7	12,5	(3,6)	4,5	18,1
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado operacional	73,1	7,6	14,2	(17,1)	77,8
Resultado financeiro	-	-	-	(224,9)	(224,9)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	73,1	7,6	14,2	(242,0)	(147,1)
Depreciação e amortização	58,9	23,3	6,0	4,5	92,7
=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS.

	2018 (operações continuadas)				
	Brasil		Argentina	(*) Outros não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Atacado		Total
Receita operacional líquida	1.104,1	262,7	136,3	(132,3)	1.370,8
Custo dos produtos vendidos	(832,5)	(125,7)	(109,4)	122,0	(945,6)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Lucro bruto	271,6	137,0	26,9	(10,3)	425,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(198,2)	(143,6)	(25,3)	(11,8)	(378,9)
Recuperação de impostos	194,3	14,6	-	-	208,9
Outros	14,5	1,2	(2,7)	(6,8)	6,2
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado operacional	282,2	9,2	(1,1)	(28,9)	261,4
Resultado financeiro	-	-	-	(196,0)	(196,0)
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Resultado antes dos impostos	282,2	9,2	(1,1)	(224,9)	65,4
Depreciação e amortização	66,8	3,7	5,4	0,7	76,6
=====	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações continuadas da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Vendas líquidas (em milhões de Reais):</b>		
Cama, mesa e banho	914,3	847,6
Produtos intermediários	240,2	260,5
Varejo	268,0	262,7
-----	-----	-----
	1.422,5	1.370,8
=====	=====	=====
<b>Volumes (toneladas mil):</b>		
Cama, mesa e banho	26,8	26,5
Produtos intermediários	22,7	23,8
-----	-----	-----
	49,5	50,3
=====	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2019.

## 26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2019	2018
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(872.284)	(815.567)
Benefícios a empregados	(333.800)	(320.923)
INSS	(36.690)	(33.767)
Depreciação e amortização	(92.696)	(76.567)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(12.758)	(18.759)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(6.315)	(12.927)
Outros	(985)	(46.034)
 Total por natureza	 (1.355.528)	 (1.324.544)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(972.577)	(945.686)
Vendas	(267.299)	(261.667)
Gerais e administrativas	(103.627)	(105.075)
Honorários da administração	(12.025)	(12.116)
 Total por função	 (1.355.528)	 (1.324.544)
	=====	=====

## 27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	1.911.114	1.781.136
Deduções das receitas	(488.597)	(410.299)
 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	 1.422.517	 1.370.837
	=====	=====

## 28. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	2019	2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(146.517)	57.894
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	192.241	53.674
<hr/>	<hr/>	<hr/>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.724	111.568
Número médio ponderado das ações ordinárias	50.000.000	50.000.000
 LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	(2.9303)	1.1579
Das operações descontinuadas	3.8448	1.0735
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	0,9145	2,2314
<hr/>	<hr/>	<hr/>

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

## 29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 28 de dezembro de 2018, a Companhia anunciou fato relevante, informando que celebrou “Acordo de Compra e Contribuição de Ativos” (“Acordo”) com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações na América do Norte. Nos termos do Acordo, concluído em 15 de março de 2019 (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras), a SGUS concordou em vender os ativos e passivos usados em suas operações para a Keeco, pelo valor de US\$126 milhões, da seguinte forma: US\$90 milhões em dinheiro, sendo US\$83,7 milhões no fechamento da transação, US\$6,3 milhões como valores retidos por 18 meses (R\$25.393 apresentado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2019) e US\$36 milhões em ações ordinárias da empresa combinada, representando uma participação de 17,5% do capital social da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC.

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
<b>ATIVOS</b>	
<b>CIRCULANTE:</b>	
Duplicatas a receber	91.053
Estoques	161.120
Outros créditos a receber	4.852
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>	
Outros	774
Investimentos	-
Imobilizado	6.764
Intangível	43.681
	-----
Total dos ativos mantidos para venda	308.244
	=====
<b>PASSIVOS</b>	
<b>CIRCULANTE:</b>	
Empréstimos e financiamentos	111.679
Fornecedores	112.689
Obrigações sociais e trabalhistas	866
Outras contas a pagar	4.867
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>	
Planos de aposentadoria e benefícios	9.985
	-----
Total dos passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	240.086
	=====
<b>ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA, LÍQUIDOS</b>	68.158
	=====

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado está apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	199.739	905.575
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-	(177.698)	(783.981)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.041</b>	<b>121.594</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
De vendas	-	-	(5.320)	(25.841)
Gerais e administrativas	-	-	(8.054)	(35.150)
Equivalência patrimonial	192.241	53.674	-	-
Outras, líquidas	-	-	(2.926)	3.340
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>192.241</b>	<b>53.674</b>	<b>5.741</b>	<b>63.943</b>
Despesas financeiras – juros e encargos	-	-	(3.750)	(6.549)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>192.241</b>	<b>53.674</b>	<b>1.991</b>	<b>57.394</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(197)	(3.700)
Diferido	-	-	-	(20)
<b>Lucro líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas, antes do resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para a venda</b>	<b>192.241</b>	<b>53.674</b>	<b>1.794</b>	<b>53.674</b>
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	-	-	190.447	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	<b>192.241</b>	<b>53.674</b>	<b>192.241</b>	<b>53.674</b>

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:</b>				
Resultado das operações	192.241	53.674	192.241	53.674
Depreciação e amortização	-	-	1.841	2.743
Equivalência patrimonial	(192.241)	(53.674)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	82.721	3.720
Resultado bruto na alienação de operações descontinuadas	-	-	(272.971)	-
Juros, encargos e comissões	-	-	2.668	4.995
Perda (reversão de perda) no valor recuperável dos ativos	-	-	-	(1.047)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	6.500	64.085
<b>Variações nas contas de ativos e passivos:</b>				
Duplicatas a receber	-	-	(1.617)	(5.099)
Estoques	-	-	(11.635)	(19.839)
Fornecedores	-	-	(6.173)	15.505
Outros	-	-	3.031	775
	-----	-----	-----	-----
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas antes de juros e impostos</b>	-	-	(9.894)	55.427
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(969)	(3.498)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(521)	(663)
	-----	-----	-----	-----
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas após de juros e impostos</b>	-	-	(11.384)	51.266
	-----	-----	-----	-----
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento descontinuadas:</b>				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	-	(2.631)
Recebimento de alienação de operações descontinuadas	-	-	469.631	-
	-----	-----	-----	-----
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento descontinuadas</b>	-	-	469.631	(2.631)
	-----	-----	-----	-----
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento descontinuadas:</b>				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	43.754	171.888
Liquidação de empréstimos	-	-	(156.941)	(178.899)
	-----	-----	-----	-----
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento descontinuadas</b>	-	-	(113.187)	(7.011)
<b>Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas</b>	-	-	345.060	41.624
	=====	=====	=====	=====

### 30. RESULTADO NA VENDA DOS ATIVOS LÍQUIDOS MANTIDOS PARA VENDA

	15 de março de 2019	
	US\$ mil	R\$ mil (*)
Valor da venda dos ativos e passivos	126.000	490.984
Ativos líquidos mantidos para venda	(49.924)	(194.538)
Variação do capital circulante líquido	1.723	6.643
Despesas com a transação	(7.729)	(30.118)
	-----	-----
Resultado antes dos impostos	70.070	272.971
Absorção de imposto de renda corrente	(600)	(2.338)
Realização de imposto de renda diferido (não caixa)	(20.578)	(80.186)
	-----	-----
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	48.892	190.447
	=====	=====

(\*) Valores em reais apurados utilizando taxa de conversão de 31 de março de 2019, de R\$3,8967.

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito do Coronavírus (COVID-19) e o impacto em suas operações, não foram identificados, neste momento, efeitos relevantes que possam impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis.

Em 23 de março de 2020, a Companhia divulgou comunicado ao mercado informando sobre o fechamento de suas lojas físicas e que permanecerão fechadas em atenção ao determinado pelas autoridades de saúde e autoridades locais. Os canais digitais continuarão disponíveis para as vendas de seus produtos, através dos websites e aplicativos de suas marcas Santista, Artex, MMartan e Casas Moysés.

Informou ainda que, seguindo determinação das autoridades argentinas, nossa unidade industrial situada na província de Santiago del Estero permanecerá fechada no período de 20 a 31 de março de 2020.

Não obstante, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliará, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionadas aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

\* \* \* \* \*